

A POLÍTICA CEPALINA NA AMÉRICA LATINA: Alguns apontamentos sobre a formação de professores no Uruguai

Marcos P. P. R. MORAIS¹

RESUMO

A formação de professores se faz presente em debates no campo da educação desde a década de 1970. Entretanto, entre os anos de 1980 e 1990, essa discussão ganha mais força devido a implementação de políticas públicas, internacionais e nacionais, com o intuito de dirigir reformas educativas na América Latina e Caribe. Desse contexto, o presente trabalho teve como objetivo compreender a formação de professores no Uruguai, evidenciando as políticas internacionais de educação para a formação de trabalhadores na América latina. Para tanto, fora realizado um levantamento bibliográfico sobre o tema e as análises foram conduzidas à luz das contribuições do materialismo histórico-dialético e dos autores que participam na construção coletiva da Pedagogia Histórico-crítica. Ao final do trabalho foi possível observar o alinhamento das políticas nacionais dos países da América latina às prescrições internacionais, no que diz respeito a reformulação das políticas educativas e da formação do trabalhador.

Palavras-chave: Política Educacional; Mobilidade Estudantil; Materialismo Histórico-dialético.

1. INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, as políticas educacionais internacionais que orientam a Educação na América Latina, e em particular aquelas vinculadas por meio da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe) têm como objetivo promover o desenvolvimento econômico e social, por meio da educação – orientação e planejamento -, para os países latino-americanos, considerando suas particularidades (MOURA; SILVA, 2011).

Compreendendo as crises cíclicas do sistema capitalista, a estratégia cepalina formulada para sair da problemática econômica dos anos anteriores e, portanto, adaptar-se a nova configuração econômica pautada pela globalização, foi a Transformação Produtiva com Equidade, na qual a educação assume papel central como meio de desenvolvimento e alívio da pobreza.

Dessa maneira, conforme indica Moura e Silva (2011), a transformação produtiva com equidade culminou em um documento nomeado “Educação e Conhecimento: eixo da transformação produtiva com equidade”- publicação realizada em conjunto entre a UNESCO e Cepal em 1992 – que consiste em uma proposta educacional para a América Latina.

Conforme pode ser vislumbrado, o objetivo central da publicação é “[...] ajudar a construir

¹ Aluno do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas do IFSULDEMINAS, *campus* Inconfidentes; xmarcospaulo96@gmail.com

políticas de universalização e equalização de oportunidades educativas de boa qualidade e, por esta via, alavancar as possibilidades de transformação produtiva com equidade dos países da região. ” (CEPAL; UNESCO, 1995, p. 3).

Cabe ressaltar aqui que os conceitos utilizados em documentos vinculados pela Cepal, equidade, transformação produtiva, cidadania, formação ao longo da vida, justiça sociais, entre outros, devem ser compreendidos à luz da perspectiva econômica neoliberal.

2. MATERIAL E MÉTODOS

Por se tratar de uma pesquisa que teve como objetivo investigar de forma bibliográfica e documental (GIL, 2010) a formação de professores na América Latina de maneira geral, e em particular no Uruguai, o percurso realizado deu-se por meio de:

1. Levantamento e análise de material bibliográfico e documental sobre a formação de professores na América Latina, assim como o desenvolvimento histórico da formação de professores no Uruguai.
2. Análise sobre a temática, tomando como arcabouço teórico o Materialismo Histórico-dialético, bem como a contribuição dos autores da Pedagogia Histórico-crítica.

3. RESULTADOS E DISCUSSÕES

O início do processo de profissionalização docente no Uruguai remonta a implantação da “Escola Normal” em 1885, onde ocorreu a inauguração de um espaço físico para os institutos normais de Montevideu (CARABALLO, 2004).

Em 1949, fundou-se o “Instituto de Professores Artigas” no departamento de Montevideu, serviu como instituição modelo para a formação de docentes, inspirado no modelo francês de formação e titulação (RODRÍGUEZ, 2008; CARABALLO, 2004).

De acordo com Rodríguez (2008), em decorrência da instauração do regime militar no país na década de 1970, teve início um processo de descentralização da formação de professores, onde vinte e um “Institutos de Formação Docente” foram criados no interior do país, uma vez que o governo compreendia a categoria como “ideologicamente perigosa”. Assim, os “Institutos de Formação Docente do Interior” - os antigos institutos normais – passam a ser responsáveis pela formação de professores do ensino fundamental.

A década de 1990, no entanto, ficou marcada pela adoção de políticas educativas que estavam pautadas em uma perspectiva neoliberal de sociedade. Assim, os órgãos multilaterais de financiamento, em particular a CEPAL, passaram a realizar diagnósticos sobre o quadro pedagógico dos países da América Latina e Caribe, bem como propor modelos e perspectivas educacionais.

Cabe ressaltar que os delineamentos realizados por meio dessas políticas internacionais sobre e para a formulação das reformas educativas e da formação do trabalhador foram incorporadas, em grande parte pelos Ministérios da Educação de diversos países da América Latina, chamo aqui a atenção para o Uruguai, Brasil, Chile e Argentina (RODRÍGUEZ, 2007; GATTI, 2010).

No que diz respeito a particularidade do Uruguai, pode-se vislumbrar o alinhamento das políticas nacionais de educação aos projetos políticos internacionais por meio da reforma iniciada pelo Conselho Diretivo Central da Administração Nacional de Educação Pública, fundada nos princípios de “qualidade” e “igualdade”² em 1996.

E, de igual maneira, por meio documento intitulado “PANORAMA DE LA EDUCACIÓN EN EL URUGUAY: una década de transformaciones (2005)”, produzido pela Administración Nacional de Educación Pública, onde fica claro a adoção dessas políticas educacionais pela implementação da “Direção de Formação e Aperfeiçoamento Docente”(GATTI, 2010), onde:

se da inicio a un plan de construcción edilicia, al tiempo que, con los fondos de la **cooperación internacional**, se instaló un **programa permanente**, el Proyecto de Mejoramiento de la Calidad de la Educación Primaria (MECAEP) (URUGUAY, 2005, p.34).

Orientada pela perspectiva neoliberal e promovida pelos órgãos do estado, a educação nesse contexto é considerada como caminho e meio para uma reforma estrutural - que dar-se-ia por meio da tríade educação, conhecimento e desenvolvimento tecnológico (MOURA; SILVA, 2011; MAZZEU, 2011).

4. CONCLUSÕES

As políticas internacionais de cunho educacional promovidas por órgãos e agências multilaterais de financiamento tem por objetivo promover reformas estruturais e pedagógicas — pautadas pela “equidade”, “desenvolvimento” e outros, que advogam a lógica neoliberal de mercado.

Assim, ao tomarmos em conta os meios pelos quais tais ideologias são promulgadas através de organismos estatais – promulgação de leis, reformulações políticas, podemos vislumbrar um alinhamento de políticas nacionais nos países sul-americanos às prescrições internacionais.

² Os conceitos de “qualidade” e “equidade” ocupam centralidade no documento “Educación y conocimiento: eje de transformación productiva con equidad” (1992), publicado pela CEPAL/UNESCO, onde há diagnósticos e prescrições para a educação na América Latina.

REFERÊNCIAS

CARABALLO, D. **La Formación Docente en el Uruguay**: evolución, estado de situación y perspectivas. Montevideo: IESALC/UNESCO, 2004. Disponível em: <<https://pt.scribd.com/document/37076935/Caraballo-Darwin-La-Formacion-Docente-en-el-Uruguay>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

CEPAL; UNESCO. **Educação e conhecimento**: eixo da transformação produtiva com equidade. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 1995.

GATTI, E. Sistema de formação de professores no Uruguai. In: OLIVEIRA, D.A.; DUARTE, A.M.C.; VIEIRA, L.M.F. **DICIONÁRIO**: trabalho, profissão e condição docente. Belo Horizonte: UFMG/Faculdade de Educação, 2010.

MAZZEU, L. T. B. A política educacional e a formação de professores: reflexões sobre os fundamentos teóricos e epistemológicos da reforma. In: MARSIGLIA, Ana Carolina Galvão (Org.). **Pedagogia Histórico-crítica**: 30 anos. Campinas: Autores Associados, 2011. Cap. 8. p. 147-168.

MOURA, K. L.; SILVA, I. M. de S. O protagonismo da Cepal e as políticas de formação docente: a regulação entre campo-cidade?. **Visão Global**, Joaçaba, v. 142, p.289-304, jul. 2011.

RODRÍGUEZ, M. V. POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES: AS EXPERIÊNCIAS DE FORMAÇÃO INICIAL EM ARGENTINA, CHILE E URUGUAI. **Nuances**: Estudos sobre Educação, Presidente Prudente, v. 15, n. 16, p.119-139, jan. 2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/180/250>>. Acesso em: 03 jul. 2018.

URUGUAY. **PANORAMA DE LA EDUCACIÓN EN EL URUGUAY**: Una década de transformaciones. Administración Nacional de Educación Pública, 2005.